

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO COOPERATIVO DO TRABALHO NA ERA DIGITAL								
DOCENTE	PAULO RENATO FERNANDES DA SILVA								
CÓDIGO	GRDDIRELE208	SEMESTRE	2022.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Direito Cooperativo do Trabalho. Evolução. Noções propedêuticas. Sistema constitucional. Direitos e obrigações dos cooperados. Terceirização de serviços cooperados. Direitos trabalhistas clássicos e cooperativos. Controvérsias. Novas relações de trabalho no Século XXI. Cooperativas digitais. Compliance cooperativo.								
OBJETIVOS	>Proporcionar o estudo dialético e interdisciplinar do Direito Cooperativo do Trabalho, capacitando os alunos a interagirem e atuarem nesse ramo específico do Direito. > Promover o processo de educação cooperativista, através da difusão dos princípios e normas do Direito Cooperativo e de Direito do Trabalho sistematizados e interligados. >Despertar o interesse e preparar os alunos para atuarem como profissionais do Direito Cooperativo do Trabalho, a partir do marco normativo civilizatório previsto sintetizado na Constituição Federal de 1988.								
METODOLOGIA	Aulas expositivas mescladas com o estudo de casos e de decisões judiciais. Utilização do método participativo que convida o aluno a assumir o protagonismo do processo de produção de conhecimento e de aprendizagem. A disciplina pretende incentivar os discentes a realizar uma análise interdisciplinar, crítica, sistemática e moderna do Direito Cooperativo do Trabalho, à luz da Constituição Federal.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação da matéria, do professor e da bibliografia. Noções gerais sobre o tema. Antecedentes Históricos do Cooperativismo								
2	Considerações Propedêuticas sobre o Instituto das Sociedades I								
3	Considerações Propedêuticas sobre o Instituto das Sociedades II								
4	O Regime constitucional das Sociedades Cooperativas								
5	O Regime infraconstitucional das Sociedades Cooperativas								
6	A Sucessão Trabalhista e a Sociedade Cooperativa de Trabalho								
7	Cooperativas e plataforma digitais de trabalho empreendedor. Gig Economy e novas formas de trabalho								
8	Noções Gerais sobre o Instituto da Terceirização Trabalhista								
9	A Nova Disciplina Normativa do Trabalho Temporário no Brasil. Lei Geral de Terceirização — Lei n. 6.019/74								
10	A Nova Regulação Geral da Terceirização de Serviços no Âmbito da Lei Geral de Terceirização — LGT								

11	Terceirização Trabalhista no contexto das cooperativas digitais
12	Terceirização. Exteriorização de Serviços
13	A Novel Lei Geral de Terceirização e a Súmula n. 331 do TST
14	As Cooperativas de Trabalho e o Direito Laboral
15	Secundarização ou Terceirização Empresarial
16	O Regime Jurídico Cooperativo-Laboral do Cooperado.
17	Diferenças entre as Figuras do Cooperado e do Empregado
18	A identificação do ato cooperado trabalhista
19	A identificação do ato não cooperado trabalhista
20	Reflexos jurídicos e contábeis dos atos cooperativos e não cooperativos e as decisões dos tribunais
21	Apresentação dos trabalhos em grupo
22	O estudo do caso de Mondragon
23	O estudo do caso de Mondragon
24	Cooperativismo, compliance e proteção de dados
25	Cooperativismo e sistema de crises e recuperação
26	Cooperativismo e empreendedorismo digital no século XXI
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	<input checked="" type="checkbox"/> Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Prova (6,0), trabalho (3,0) e participação em sala (1,0)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2020. SILVA, Paulo Renato Fernandes da. Curso de Direito Cooperativo do Trabalho. SP: LTr, 2021. _____. A reforma trabalhista. Reflexos da reforma trabalhista no direito do trabalho, no direito processual do trabalho e no direito previdenciário. (org.). São Paulo: LTr, 2018.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2020. MARTINS, Sergio Pinto. Flexibilização das condições de trabalho. São Paulo: Atlas, 2000. _____. Cooperativas de trabalho. São Paulo: Atlas, 2011. SILVA, Paulo Renato Fernandes da. A pandemia do coronavírus e o Direito do Trabalho: análise das medidas que o Direito do Trabalho oferece para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. Artigo publicado na Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Ano 86 – n. 2 – abr. a jun. – 2020. _____. O contrato de trabalho e o novo Código Civil: aspectos de sociabilidade e eticidade. Artigo publicado na Revista de Direito do Tribunal Regional do Trabalho — TRT da 1ª Região, dez. 2003.